

**UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA - UNIMEP
FACULDADE DE GESTÃO E NEGÓCIOS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO COM HABILITAÇÃO EM GESTÃO DE
NEGÓCIOS INTERNACIONAIS**

**A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO GOVERNO LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA COM RELAÇÃO AO MERCOSUL**

LUCYENE LOPES

Piracicaba/SP, dezembro de 2006

**UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA - UNIMEP
FACULDADE DE GESTÃO E NEGÓCIOS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO COM HABILITAÇÃO EM GESTÃO DE
NEGÓCIOS INTERNACIONAIS**

**A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO GOVERNO LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA COM RELAÇÃO AO MERCOSUL**

LUCYENE LOPES

**Projeto de Estágio Supervisionado,
desenvolvido em cumprimento à
exigência curricular do Curso de
Administração com Habilitação em
Gestão de Negócios Internacionais,
sob orientação do Prof. Luiz Carlos
Spiller Pena (ESA-I) e da Prof^a Ms.
Acácia de Fátima Ventura (ESA-II).**

Piracicaba/SP, dezembro de 2006

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus familiares e namorado, pois neles consegui toda a energia, carinho e dedicação para que pudesse trilhar a caminhada acadêmica.

AGRADECIMENTO

A Deus pela base emocional, pois é Nele que reside minha fé e esperança numa vida melhor para todos os países.

A minha orientadora Acácia de Fátima Ventura pela motivação e dedicação.

Ao meu primeiro orientador, Luiz Carlos Spiller Pena, pelo incentivo e colaboração inicial.

A minha família, namorado e amigos pela motivação, contribuição e compreensão em momentos difíceis.

SUMÁRIO

ÍNDICE DE SIGLAS	6
RESUMO	7
1 INTRODUÇÃO	8
1.1 OBJETIVO GERAL	9
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	9
1.3 JUSTIFICATIVA	10
1.4 PROBLEMATIZAÇÃO/HIPÓTESE	10
1.5 METODOLOGIA	10
2 INTEGRAÇÃO ECONÔMICA E A FORMAÇÃO DO MERCOSUL	12
2.1 AS TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL	12
2.2 INTEGRAÇÃO ECONÔMICA	16
2.3 ORIGEM E CONSTITUIÇÃO DOS BLOCOS ECONÔMICOS	17
2.4 O MERCOSUL	19
3 A NOVA ORDEM MUNDIAL, POLÍTICA EXTERNA E A ABERTURA COMERCIAL BRASILEIRA	24
3.1 A NOVA ORDEM MUNDIAL	24
3.2 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	25
3.3 A ABERTURA COMERCIAL NO BRASIL	27
3.3.1 Governo Fernando Collor de Mello	27
3.3.2 Governo Itamar Franco	32
3.3.3 Governo Fernando Henrique Cardoso	33
4 ANÁLISE DO MERCOSUL E DA POLÍTICA EXTERNA NO GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA	35
4.1 ANÁLISE DO MERCOSUL	35
4.2 O PROGRAMA DE GOVERNO E O DISCURSO DE POSSE DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA	39
4.3 ANÁLISE DA AÇÃO GOVERNAMENTAL DO GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
6 REFERÊNCIAS DAS FONTES CITADAS	54

INDICE DE SIGLAS

Acordo de Livre Comércio da América do Norte.....	NAFTA
Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio.....	GATT
Área de Livre Comércio das Américas.....	ALCA
Área de Livre Comércio da América do Sul.....	ALCSA
Associação Latino Americana de Integração.....	ALADI
Associação Latino Americana de Livre Comércio.....	ALALC
Banco Internacional do Desenvolvimento.....	BID
Fundo Monetário Internacional.....	FMI
Grupo de Países em Desenvolvimento.....	G20
Imposto Sobre Produtos Industrializados.....	IPI
Investimento Estrangeiro Direto.....	IED
Mercado Comum do Sul.....	Mercosul
Organização das Nações Unidas.....	ONU
Organização Mundial de Comércio.....	OMC
Produto Interno Bruto.....	PIB
Programa de Integração e Cooperação Econômica.....	PICE
Tarifa Externa Comum.....	TEC
Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento.....	TICD
Unidade Real de Valor.....	URV

RESUMO

O presente trabalho monográfico tem por objetivo apresentar a política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva com relação ao Mercosul, no período de janeiro de 2003 a junho de 2006, bem como identificar e discutir suas vantagens e limitações, buscando compreender sua relação com o desenvolvimento da nação. Para tanto foi feito o resgate histórico da política externa do Brasil, bem como os princípios que a orientam; apresentada a política externa brasileira com relação ao Mercosul, a fim de compreender sua importância para o desenvolvimento nacional; identificados os resultados e apontadas as limitações de tal política. O trabalho justifica-se pela importância que a política externa do país tem na influência das relações comerciais. Trata da integração econômica e da formação do Mercosul, elaborado após diversas leituras feitas em autores da área específica, bem como sites do governo e outros considerados importantes para a compreensão de tal questão. Discute a política externa brasileira, destacando o resgate histórico dos governos brasileiros dos anos 90, que contribuíram para a formação e/ou fortalecimento do Mercosul. Analisa o desenvolvimento do Mercosul e da política externa no governo de Luiz Inácio Lula da Silva desde seu programa de governo até suas ações governamentais.

1 INTRODUÇÃO

Seitenfus (1994) define Política Externa como as decisões federativas que devem manifestar a expressão da vontade coletiva federada. Essas decisões são tomadas através de um conjunto de fatores que servem como base e modelam as atitudes internacionais de um país. O interesse do Estado nas relações exteriores é, além de outros, o desenvolvimento e o progresso da população, isso o faz praticar uma política que maximize as chances de alcance desses objetivos.

O grau de integração econômica de um país com os demais depende da profundidade dos acordos comerciais negociados por este e também dos instrumentos de política comercial que ele aplica ou recebe de seus parceiros. Os resultados das exportações e importações dos países são afetados por esta política, que faz parte da política externa adotada pelo país nas relações com seus parceiros.

Este estudo concentrará a atenção na política externa adotada pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, mais especificamente de como tem administrado essa política com relação ao Mercosul.

Os blocos econômicos constituem uma maneira de os países se integrarem com os demais parceiros e, assim, ganhar força frente as grandes potências, como é o caso do Brasil no Mercosul - esse assunto será tratado com maior profundidade no capítulo segundo.

Por isso, é interessante analisar a maneira como o Brasil tem reagido no âmbito do Mercosul e quais têm sido os seus resultados e limitações desde a sua criação. Para tanto, analisaremos a política externa do atual governo a partir de seus discursos relacionados ao bloco e suas ações, para podermos então identificar os resultados e limitações desta política.

No primeiro capítulo é apresentada a metodologia para a execução do estudo, bem como seu objetivo geral e os específicos, sua justificativa e a problematização/hipótese, para a qual buscamos respostas.

O segundo capítulo se destina a explicar, teoricamente, o que é o comércio internacional e a integração econômica, que contempla a origem e formação dos

blocos econômicos. Neste mesmo capítulo será descrito um breve histórico da integração latino-americana e a formação do Mercado Comum do Sul, o Mercosul.

Para estudar a política externa do Brasil, faz-se necessário uma retrospectiva na história econômica do país desde a sua liberalização comercial no âmbito da nova ordem mundial vigente, que se iniciou mais efetivamente com o governo Collor e se estende até os dias de hoje. Isso será visto no terceiro capítulo, analisando brevemente o aspecto comercial externo do país em cada um de seus governos nos anos 90, que compreende os governos Collor/Itamar Franco e os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso.

O quarto capítulo se destina a analisar a política externa no governo Luiz Inácio Lula da Silva com relação ao Mercosul e identificar, como foi proposto, os seus resultados e limitações.

Nas Considerações Finais discute-se questões convergentes como a distância entre as intenções da integração dos países do Mercosul e o que se tem praticado na realidade, mas especificamente no governo Luiz Inácio Lula da Silva. São apontadas as principais causas desse insucesso e propostas algumas soluções.

1.1 OBJETIVO GERAL

Apresentar a política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva com relação ao Mercosul, no período de janeiro de 2003 a julho de 2006 (para não levar em consideração as questões eleitorais), bem como identificar e discutir suas vantagens e limitações, buscando compreender sua relação com o desenvolvimento da nação.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Resgatar historicamente a política externa do Brasil, bem como os princípios que a orientam, visando compreender a abertura comercial brasileira;

Apresentar a política externa brasileira com relação ao Mercosul no governo Luiz Inácio Lula da Silva, a fim de compreender sua importância para o desenvolvimento nacional;

Identificar os resultados e as limitações da política externa nesse período, visando apontar melhorias possíveis, bem como refletir sobre caminhos para as limitações encontradas.

1.3 JUSTIFICATIVA

Justifica-se pela importância que a política externa do país tem como fator que influencia as relações comerciais nos diferentes setores/segmentos envolvidos nos processos de exportação e importação, desde o produtor até o consumidor final. Os blocos econômicos constituem uma maneira de o país se integrar com demais parceiros, ganhando força diante das grandes potências, razão da importância do Mercosul ser analisado frente à política externa adotada pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva, auxiliando na demonstração de seus efeitos positivos e/ou negativos para o Brasil.

1.4 PROBLEMATIZAÇÃO/HIPÓTESE

O Mercosul existe há 15 anos e, no entanto, ainda não se concretizou o mercado comum. O Brasil é um grande interessado nesse processo de integração. Por que o tão sonhado mercado comum ainda não se concretizou? Existe um distanciamento entre o discurso e a prática governamental? O governo brasileiro tem sido ou não ágil nas respostas necessárias às sanções impostas por países-membros ou de outras formações comerciais? Qual é o papel/contribuição do Mercosul no Brasil, e quais vantagens essa integração pode trazer ao país?

1.5 METODOLOGIA

A presente pesquisa utiliza-se do Método Histórico para o levantamento dos dados necessários à análise. Compreende-se Método Histórico como uma investigação de acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo,

influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época (Lakatos e Marconi, 2001:81).

Foi feita uma revisão bibliográfica e um levantamento dos acontecimentos históricos, relacionando os dados ao tema em estudo. As pesquisas se deram através de consultas na biblioteca da Universidade Metodista de Piracicaba, leitura de livros, periódicos e revistas especializadas relativos ao assunto, bem como consulta em sites da Internet.

Com esse material em mãos foi feito um estudo das diferentes opiniões de críticos da política externa do país, buscando identificar o proposto neste trabalho – os resultados e limites decorrentes dessa política.

Para avaliar os resultados da política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva, analisamos as ações que influenciaram na relação do Brasil com o Mercosul.

2 INTEGRAÇÃO ECONÔMICA E A FORMAÇÃO DO MERCOSUL

Após a abertura dos mercados brasileiros na década de 90, o Brasil tem buscado diversificar suas negociações comerciais, que antes eram restritas aos Estados Unidos da América, e tem acreditado no Mercosul e nas negociações multipolares. O governo Luiz Inácio tem dado continuidade e enfatizado essa idéia.

2.1 AS TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Baseado no que escreveu Dainez (2006), o mercantilismo é a fase que marca a passagem do Feudalismo para o Capitalismo (séc. XV a XVIII). Os mercantilistas foram os primeiros a procurar entender o capitalismo e as implicações do comércio exterior sobre as economias nacionais. Estes o fizeram, pois precisavam entender as raízes de tal transição que revolucionou o modo de vida das pessoas através de transformações econômicas, locais, culturais, políticas, religiosas e científicas.

Para tanto, traçaram como objetivo central o entendimento do que é a riqueza de um país. Através dessa conceituação tornou-se possível identificar qual era o país mais rico e, através disso, conceber políticas econômicas que resultassem no enriquecimento da nação.

Assim, os mercantilistas conceituaram a riqueza como o estoque de metais preciosos (ouro e prata) disponível no país. A partir disso concluiu-se, portanto, que rico era o país com altos estoques de metais preciosos e, a nação que quisesse enriquecer, teria que aumentar seus estoques, adquirindo mais e mais ouro e prata. Havia várias maneiras de isso acontecer: a primeira delas era o aumento da produção, oriundo da descoberta de novas minas ou do aumento na exploração das já existentes; a segunda estava ligada à descoberta e exploração de minas em outros países; o saque e a pirataria formavam a terceira maneira e a última consistia no comércio.

Naquela época os pagamentos eram em metais preciosos, portanto, a melhor alternativa era exportar produtos em uma quantidade maior que o que se importava, a fim de receber pagamentos de outros países, aumentando assim seu estoque de metais preciosos. Portanto, para os mercantilistas, o importante era manter a Balança Comercial superavitária, pois assim a nação enriqueceria (SINGER, 1986).

Hume (*apud* Gonçalves, 1998), partindo da premissa de que o poder de compra da moeda é inversamente proporcional à sua quantidade (premissa essa aceita pelos mercantilistas), mostrou que a quantidade de metais preciosos é indiferente, uma vez havendo aumento na quantidade de metais preciosos dentro de um país, conseqüentemente, cairá seu poder de compra, sendo então necessário mais metal para a aquisição de um produto, isso acarreta um processo inflacionário. O inverso ocorre quando cai a quantidade de metais preciosos do país.

Eichengreen (2000) complementa que Hume refutou a Teoria Mercantilista com a sua Teoria do Equilíbrio Automático da Balança Comercial, que consistia na idéia da existência de mecanismos automáticos que garantiam uma tendência ao equilíbrio na Balança Comercial. Essa teoria partia de pressupostos simplificadores: considerava como moeda corrente apenas o ouro e a quantidade de moeda em circulação aumentava ou diminuía juntamente com o estoque de ouro do país.

Tal equilíbrio se dá por um processo que se desenvolve ao haver um *superávit* ou *déficit* na Balança Comercial de um país. Por exemplo: se o país atingir *superávit* em sua Balança Comercial, seu estoque de ouro aumentará, porém, haverá inflação¹, desestimulando as exportações e, ao mesmo tempo, estimulando as importações. No restante do mundo o efeito será contrário até que se compense esse desequilíbrio. O mesmo ocorrerá, mas de maneira inversa, no caso do país obter um *déficit* em sua Balança Comercial. A teoria apresentada mostra que não há motivos para se buscar uma Balança Comercial superavitária porque isso desencadearia mecanismos que eliminariam essa diferença e, pela mesma razão, não há porque temer os *déficits*.

Para os autores estudados, Hume foi o primeiro defensor do livre comércio, contribuindo inestimavelmente ao liberalismo e mostrando que seria ineficaz qualquer política que visasse *superávits* na Balança Comercial.

Para Dainez (2006), Adam Smith defendia a idéia de que a política liberal traria vantagens aos países no tocante ao comércio exterior, assim como os mercantilistas, tinha a riqueza nacional como objeto de análise, porém a defendia de maneira diferente, argumentando que a riqueza de um país dependia de sua renda

1 Caracteriza-se inflação quando há um aumento persistente e generalizado dos preços e salários, o que tem como conseqüência a queda do poder aquisitivo da moeda (SANDRONI, 1985: 208-209). A inflação é um fenômeno que ocorre em qualquer país, seja ele desenvolvido ou em processo de desenvolvimento, e causa instabilidade em sua economia.

per capita, decorrente da produtividade do trabalho, que, por sua vez, dependeria da divisão deste e, por conseguinte, dependeria da extensão do mercado.

A mesma visão tinha Singer (1986:147) quando nos fala que “riqueza, para ele (Smith), significava obter os bens de uso necessários ao consumo da população com menor gasto de trabalho humano”. Sendo assim, a riqueza de um país atingirá seu auge quando a divisão do trabalho for a mais profunda e, para isso, o mercado tem que ser o mais amplo possível, o que só ocorrerá quando todas as nações estiverem inseridas e participando do comércio internacional de maneira mais livre e intensa possível, fazendo do mundo um único mercado, o que aumentaria a riqueza global e favoreceria a todas as nações (DAINEZ, 2006:39).

Smith formulou a Teoria das Vantagens Comparativas Absolutas, concebendo que os países tinham que se especializar na produção daqueles bens em que possuíam vantagens comparativas para adquirirem benefícios ao participarem do comércio exterior. Acrescenta que todo país possui vantagens na produção de alguma mercadoria, estas podem ser decorrentes de fatores naturais, como clima e solo (*vantagens naturais*) ou, não decorrentes de fatores naturais e sim da especialização, portanto desenvolvidas (*vantagens adquiridas*).

Para compreender melhor sua teoria, consideramos importante explicar o que o autor, nas palavras de Dainez (2006), conceitua como vantagem comparativa: produzir determinada mercadoria com um custo menor, considerando a mão-de-obra ou homens/hora, que dos concorrentes e do que lhe custaria importar, sendo o ideal exportar tais mercadorias e importar somente as que não lhe convém produzir. Singer (1986) complementa que o país que procede dessa maneira possibilita que seus cidadãos adquiram sempre mercadorias com o menor preço possível, pois a especialização permite aumentar a produtividade do trabalho e reduzir custos de produção, multiplicando assim a riqueza.

Dainez (2006) lembra que Smith é conhecido como o pai da economia, e que seus argumentos são utilizados hoje para legitimar a globalização, pois foi, mesmo que inconscientemente, um dos primeiros ideólogos dela. Gonçalves (1998) reconhece a importância de Smith para a teoria do comércio, principalmente por relacionar o comércio exterior com o desenvolvimento econômico. Contudo, falhas foram apontadas, posteriormente, por David Ricardo, sucessor de Smith.

David Ricardo (*apud*, DAINEZ, 2006:40) ressalta que, nos termos propostos por seu antecessor, se um país produzisse tudo o que necessitaria não teria razões para participar do comércio internacional, assim como um país que não pudesse produzir nada a um custo menor importaria tudo, sem haver produção interna. Dessa maneira o comércio internacional só seria vantajoso para que os países conseguissem adquirir mercadorias que não produzissem internamente a um custo menor que as importadas.

Queria evidenciar que, mesmo que um país produzisse todo o necessário, era vantajoso participar do mercado internacional. Para isso bastava se especializar na produção de mercadoria que possuísse maior vantagem relativa. No caso dos países que não produzissem nada ao menor custo, bastava-lhe produzir mercadorias cuja desvantagem era menor (SINGER, 1986). Dessa maneira Ricardo orienta a questão das vantagens do comércio internacional para os custos relativos (vantagens relativas) e não mais para os custos absolutos (vantagens absolutas) (NAPOLEONI, 1985 *apud* DAINEZ, 2006:40).

Conforme evidenciado por Dainez (2006:41), a Teoria das Vantagens Comparativas de Ricardo parte dos pressupostos de que não há mobilidade de capital em nível internacional e que todos os países participantes do comércio internacional praticam uma política de livre comércio. Porém, como é apontado por Singer (1986:148) o pressuposto de que todos os países praticam o livre comércio nem sempre é verdadeiro, o que faz com que o risco da balança comercial de um país ficar deficitária seja proporcional ao grau de especialização na produção para o mercado mundial.

Segundo essa teoria, cada país deveria se especializar na produção da mercadoria em que tem maior vantagem comparativa relativa, nem que para isso precise importar mercadorias por um preço maior do que o produzido internamente (SINGER, 1986). Acrescenta que Ricardo prova isso citando que, mesmo o país tendo vantagem absoluta em tudo o que produz, ainda pode deslocar a produção para a mercadoria na qual haja maior vantagem comparativa relativa. Sendo assim produziria mais desta mercadoria que da outra com a mesma quantidade de trabalho e ainda estimularia a participação de outros países (dos quais compra as outras mercadorias) no comércio internacional.

Singer (1994) atenta para o fato de que esta teoria tem um ponto fraco, o de não levar em conta as diferenças de grau de desenvolvimento das diversas economias nacionais. Isso fica evidenciado pelo fato de os países industrializados dominarem economicamente os não industrializados (os mais pobres), fornecedores de matérias-primas e mão de obra barata. Há de se considerar também que a relação entre custos e preços não é a mesma para produtos industriais e primários. Portanto, a especialização de acordo com a Teoria das Vantagens Comparativas de Ricardo não surtiu relações de igualdade e de benefício mútuo, e sim de dependência e exploração.

Ohlin (*in* DAINEZ, 2006), formulador da Teoria Neoclássica do Comércio Internacional em 1991 sob inspiração de seu professor Eli Heckscher, critica a Teoria das Vantagens Comparativas de Ricardo por não explicar a forma de inserção dos países no comércio internacional, levar em conta a existência de um único fator de produção (o trabalho) e por ignorar os impactos da tecnologia sobre a produtividade deste. No Modelo *Heckscher – Ohlin*, as vantagens comparativas são influenciadas pela interação entre os recursos da nação e a tecnologia utilizada na produção. Portanto é a dotação de fatores do país que vai definir a forma como este deve se inserir no comércio internacional.

Segundo esse teorema, o país deverá exportar o produto que utiliza de forma intensiva o fator de produção que é relativamente mais disponível internamente, sendo assim, mesmo que o país A e B produzam os mesmos produtos ainda há diferenças porque o país A pode ter maior abundância de determinado fator de produção de um produto que o país B e vice-versa, podendo então os dois países trocar esses produtos (GONÇALVES, 1998).

2.2 INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

Para Morini e Simões(2006), Adam Smith foi o primeiro a contribuir com a teoria da integração econômica, pois dizia que um país, ao assinar um tratado que o obrigasse a dar preferência a certos produtos de um país estrangeiro ou isentá-lo de impostos, diferentemente do que procederia com os demais, está tendo vantagens com isso e deve tirar grandes proveitos desse tratado.

Acrescentam que Ricardo considerava as vantagens comparativas um bom motivo para que os países obtivessem ganhos em termos de eficiência alocativa com o livre comércio. Mas este traz consigo outros benefícios, como ganhos em termos de mercado, exploração de ganhos de escala, aumento da competitividade e maior incentivo à busca de progresso tecnológico. A teoria da integração econômica ganha consistência em 1950, quando Viner publica "*The customs union issue*", que apresenta os efeitos da formação de uma união alfandegária. Ele o faz através dos conceitos de "criação de comércio" e de "desvio de comércio".

Segundo Viner (*apud* MORINI e SIMÕES, 2006:85) há criação de comércio quando, não havendo barreiras comerciais entre dois países, um deixa de produzir internamente determinado bem, passando a comprá-lo do outro devido ao menor custo, que acarreta um menor preço oferecido por este. Quando um país possui um fornecedor, mas deixa de importar deste para importar de outro, mesmo que o preço deste último não seja menor que o do antigo fornecedor, ocorre um desvio de comércio. Lembrando que nesse caso o primeiro fornecedor não faz parte da união alfandegária, mas o segundo sim.

Morini e Simões (2006) acreditam que a integração econômica é um conjunto de medidas de caráter econômico e comercial (acordos, convênios, normas, regulamentações etc.) estabelecidas entre dois ou mais países com a finalidade de promover o desenvolvimento destes, a aproximação e, eventualmente, a união da economia. Essas medidas, num primeiro momento, concentram-se na diminuição ou até eliminação das barreiras tarifárias e não tarifárias que inibem o comércio de bens entre esses países, depois avançam até a definição de uma Tarifa Externa Comum (TEC), a um Regime de Origem, à liberalização de comércio de serviços e de fatores de produção, à adoção de uma Coordenação de Políticas Macroeconômicas e por fim chegam à adoção de uma moeda única, que é grau extremo de integração econômica.

2.3 ORIGEM E CONSTITUIÇÃO DOS BLOCOS ECONÔMICOS

Os blocos econômicos têm sua origem na globalização do capitalismo que, segundo Ianni (*apud* MORINI e SIMÕES, 2006, p. 86), pode ser dividido em três fases:

a) as grandes navegações dos séculos XV e XVI, que levaram os europeus a regiões do planeta ainda não descobertas. Nessa fase o capitalismo se expandiu geograficamente por todo o mundo, fazendo deste um sistema único de produção e consumo de mercadorias.

b) a Revolução Industrial do século XVIII, quando o capitalismo europeu, que já contava com mercados consumidores em todo o mundo, passou a desenvolver tecnologias que permitiam o alcance de uma produção maior com menos trabalhadores e proporcionavam maiores lucros com menores custos.

c) o domínio completo das multinacionais a partir da década de 50, quando passaram a investir na reconstrução da Europa após a Segunda Guerra Mundial.

A expansão do capitalismo e o crescente domínio das corporações transnacionais são a base da globalização econômica e social, que está gerando uma ordem mundial que tem como principais características: o fim da Guerra Fria, o incremento da disputa comercial entre empresas e países e a formação de grandes blocos econômicos regionais (MORINI e SIMÕES, 2006).

Maia (1998) justifica que os blocos econômicos foram criados para promover o desenvolvimento do comércio de determinada região, para tanto se eliminam as barreiras alfandegárias, diminuindo assim o custo dos produtos. Com custos menores², aumenta-se o poder de compra dentro do bloco, proporcionando uma elevação no nível de vida da população dos países-membros do mesmo. Morini e Simões (2006) dizem que as integrações econômicas se dão pelo desejo dos Estados em obterem vantagens econômicas para si, como aumento geral da produção através de um melhor aproveitamento de economias de escala, aumento da produtividade através da exploração de vantagens comparativas entre sócios de um mesmo bloco econômico e estímulo à eficiência através do aumento da concorrência interna.

Para Beçak (2000) existem quatro tipos de integração econômica:

A *Zona de Preferências Tarifárias*: Adoção recíproca entre dois ou mais países de níveis tarifários preferenciais, ou seja, as tarifas cobradas por esses países entre si são inferiores que as cobradas de terceiros, essa diferença é

² Isto é, a concorrência aumenta com a disputa entre vários países do bloco, causando uma melhoria na qualidade dos produtos e conseqüente redução dos custos.

chamada de margem de preferência. Ex: Associação Latino Americana de Integração (ALADI).

A *Zona de Livre Comércio*: Eliminação de todas as barreiras tarifárias e não tarifárias que incidem sobre o comércio dos países-membros do grupo. De acordo com as normas do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio – GATT, esse tipo de acordo tem que abarcar no mínimo 80% dos bens comercializados entre estes. Ex: Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA).

É nesse tipo de integração que se institui o Regime de Origem, indispensável para qualquer acordo de livre comércio.

A *União Aduaneira*: Ocorre quando os países-membros de uma Zona de Livre Comércio adotam uma tarifa comum para importações de mercados externos (TEC). Ex: Mercado Comum do Sul (Mercosul).

O *Mercado Comum*: Prevê além da circulação de mercadorias a circulação de fatores de produção (capital e trabalho). Ex: União Européia.

Morini e Simões (2006) acrescentam um quinto modelo, ainda inédito, que é a União Econômica e Monetária, que se difere do Mercado comum por ter uma moeda única e também uma política macroeconômica comum, conduzida por um Banco Central comunitário. O único exemplo de uma UEM é a União Européia que ainda está em processo de construção.

Gonçalves (1998) alerta que várias dessas formas, como a área de livre comércio ou o mercado comum, podem ser implementadas diretamente, sem a necessidade de se seguir posteriormente para níveis mais profundos de integração.

2.4 O MERCOSUL

Segundo Beçak (2000), os países Latino Americanos, a fim de afirmarem sua cultura, atingirem um desenvolvimento econômico e atendendo a uma exigência da globalização, sempre desejaram uma integração econômica entre si.

Maia (1998) considera como uma das primeiras tentativas a Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC), criada pelo Tratado de Montevideu, assinado primeiramente por Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e

Uruguai em 18 de fevereiro de 1960. Tinha como objetivo a criação de um mercado comum regional, que promoveria um melhor aproveitamento dos fatores de produção e uma produção em grande escala (fundamental para a redução dos custos), após a implantação de uma zona de livre comércio, que ocorreria em 12 anos.

Morini e Simões (2006) acrescentam que, para promover a integração, a ALALC dispunha de dois mecanismos principais: acordos complementares, que visavam desenvolver diferentes estágios de produção de novas indústrias nos países participantes do acordo e o programa de liberalização, que se baseava nas negociações entre os países em que eram intercambiadas as preferências tarifárias.

Maia (1998) considera vários fatores como responsáveis pelo desenvolvimento da ALALC não ter atingido o que era esperado, são eles: a instabilidade política dos países-membros; o falso nacionalismo, que a entendia como uma perda de soberania; a falta de uma autoridade supranacional que forçaria o cumprimento das normas estabelecidas e a diferença no nível das economias dos países-membros.

Em 1980, através do Protocolo de Brasília, foi criada a Associação Latino Americana de Integração (ALADI) em substituição à ALALC. A ALADI, subscrita pelos países-membros da ALALC, mesmo que dando certa continuidade a esta, tinha objetivos mais audaciosos, substituiu a zona de livre comércio pela de preferências econômicas, que favoreceu a bilateralidade de iniciativas, e serviu de alicerce ao Mercosul. Um de seus primeiros feitos foi o estabelecimento de relações plurilaterais na América Latina, proporcionando uma cooperação diversificada entre os países deste continente, que possibilitou ações conjuntas e vínculos mais intensos entre estes (ARANHA, 1993).

Salienta que foram assinados vários acordos entre Brasil e Argentina no âmbito da ALADI. São exemplos: Ata de Iguazu (1985); Acordo de Integração e Cooperação Econômica Brasil – Argentina (1986), que gerou o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE) e o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento (TICD) – (1988) que buscava o intercâmbio recíproco, a eliminação de todos os obstáculos tarifários e não tarifários assim como a harmonização de políticas macroeconômicas. Morini e Simões (2006) acrescentam que em 1990 foi assinado o Tratado para o Estabelecimento do Estatuto das

Empresas Binacionais Brasileiro-argentinas, que foi de grande importância por decorrer diretamente do TICD e estabelece a complementaridade tecnológica e industrial das empresas e a criação e funcionamento das empresas brasileiro-argentinas, fato importante para o processo de integração.

Paraguai e Uruguai uniram-se ao Brasil e Argentina no TICD e, em função disso, foi elaborado o Tratado de Assunção, sendo assim, decidiram formar um bloco econômico de mercado comum denominado Mercado Comum do Sul – Mercosul.

O Mercosul nasce do Tratado de Assunção, assinado em 26 de março de 1991, tinha como objetivos: inserir competitivamente os quatro países-membros num mundo caracterizado pela consolidação de blocos regionais de comércio (no qual a capacitação tecnológica vem ganhando importância para o alcance do progresso econômico e social); proporcionar aos participantes ganhos de produtividade através da viabilização de economias de produção; ampliar o fluxo de comércio e investimento com o resto do mundo; promover a abertura econômica regional (que favorece o livre comércio) e com tudo isso melhorar a condição de vida de seus habitantes (MORINI e SIMÕES, 2006). Sua principal meta era a União Aduaneira entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai até 31 de dezembro de 1994, e para o alcance desse objetivo determina outros aspectos, sendo eles:

a) o estabelecimento de um programa de liberalização comercial, que consiste de reduções tarifárias progressivas, lineares e automáticas acompanhadas da eliminação das barreiras não tarifárias;

b) a coordenação de políticas macro-econômicas e setoriais entre Estados Comunitários para assegurar adequadas situações de concorrência;

c) o estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC);

d) o estabelecimento de listas de exceções ao programa de liberalização para produtos considerados "sensíveis";

e) a constituição de um regime geral de origem e de um sistema de solução de controvérsias.

f) a adoção de uma política comercial comum com relação a terceiros Estados ou grupo de Estados e

g) o compromisso dos Estados Parte de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para fomentar o fortalecimento do processo de integração (MERCOSUL, 2006).

Com a assinatura desse Tratado, inaugurou-se o chamado “Período de Transição”, que durou até janeiro de 1995, quando foram executados alguns compromissos, como a iniciação do programa de liberalização comercial, a aprovação do Protocolo de Brasília, que estabelece o sistema de solução de controvérsias do Mercosul, a aprovação e cumprimento parcial do Cronograma de *Las Leñas*, que sintetizava todas as tarefas que deveriam ser cumpridas para o alcance de seus objetivos e a definição, em 1993, da Tarifa Externa Comum para a grande maioria dos bens produzidos na região. O “Período de Transição” finaliza-se com a assinatura do Protocolo de Ouro Preto em dezembro de 1994. A partir daí o Mercosul passa a contar com uma estrutura institucional definitiva para a negociação do aprofundamento da integração em direção ao ambicionado Mercado Comum (*idem ibidem*).

Visto em Maia (1998: 170-172), o Protocolo de Ouro Preto definiu a estrutura institucional do Mercosul, que conta com os seguintes órgãos:

a) *Conselho do Mercado Comum (CMC)*: É o órgão mais alto da sua hierarquia, formado pelos ministros de Relações Exteriores e pelos ministros de Economia dos países-membros, que exercem a presidência desse Conselho por um período de seis meses, sendo a ordem alfabética determinante da ordem dessa presidência. Seu dever é conduzir a política do Mercosul;

b) *Grupo Mercado Comum (GMC)*: É o órgão executivo, integrado pelos representantes dos Ministérios de Relações Exteriores, de Economia e Bancos Centrais dos países-membros. Tem como principais funções: fiscalizar se os Estados-membros estão cumprindo ou não os compromissos assumidos; propor projetos de decisão ao Conselho do Mercado Comum; negociar acordos com terceiros países e organizar as reuniões do Conselho do Mercado Comum;

c) *Comissão de Comércio do Mercosul (CCM)*: É responsável pela implementação dos instrumentos de política comercial, como a administração das normas relativas à TEC, ao regime de origem e aos instrumentos de defesa da concorrência;

d) *Comissão Parlamentar Conjunta (CPC)*: Órgão representativo dos Parlamentos dos países componentes do Mercosul. É responsável por harmonizar as legislações dos mesmos e também encaminha recomendações ao Conselho do Mercado Comum através do Grupo do Mercado Comum;

e) *Foro Consultivo Econômico Social (FCES)*: É composto por representantes do empresariado e dos trabalhadores. Formula recomendações ao Grupo do Mercado Comum. Esse Foro é de grande importância, pois se pretende no futuro atingir a livre circulação de trabalhadores e por esse motivo a questão da mão-de-obra merece muitos cuidados para não se constituir num problema futuro e

f) *Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM)*: Órgão de apoio operacional responsável pela prestação de serviços aos demais órgãos do Mercosul. A edição do Boletim Oficial do Mercosul também está sob sua responsabilidade.

A estabilidade jurídica do Mercosul se estabelece no Protocolo de Ouro Preto, o que lhe permite: praticar todos os atos necessários à realização de seus objetivos; contratar, adquirir ou alienar bens móveis ou imóveis; comparecer em juízo e; conservar fundos e fazer transferências. Enfim, pode negociar acordos internacionais como bloco (MAIA, 1998).

3 A NOVA ORDEM MUNDIAL, POLÍTICA EXTERNA E A ABERTURA COMERCIAL BRASILEIRA

3.1 A NOVA ORDEM MUNDIAL

No final da década de 80 passa a vigorar uma nova estrutura de comércio exterior, o Novo Regionalismo, que vem como uma reestruturação do “Velho Regionalismo”, considerado ambíguo no sentido de que ele podia tanto criar como desviar comércio. As idéias do Novo Regionalismo surgiram devido as grandes mudanças no cenário internacional (AVERBUG, 1999).

De acordo com Averbug (1999), a nova economia difere da anterior ao passo que boa parte dos países em desenvolvimento havia abandonado suas políticas autárquicas e se abriram ao comércio multilateral (como é exemplo o Brasil com a política de substituição das importações), o investimento direto de nações desenvolvidas em países em desenvolvimento é hoje um ponto fundamental na dinâmica da economia mundial e o comércio de produtos manufaturados entre os países industrializados hoje em dia é muito mais desenvolvido.

Argumenta que o Novo Regionalismo proporcionou um novo contexto do comércio internacional em que as áreas de livre comércio são formadas por um ou mais países economicamente menos desenvolvidos com um desenvolvido (um exemplo é o Mercosul, com domínio do Brasil); esses países menores passaram ou estão passando por reformas unilaterais significativas a fim de melhor se inserirem nessa nova ordem; a liberalização comercial acontece principalmente nos países menores, que costumam ceder mais aos maiores; os acordos regionais tomam proporções maiores que uma simples redução de barreiras tarifárias, exemplo do Mercosul e União Européia; e essas áreas de livre comércio geralmente são formadas por países vizinhos.

Em 1989 ocorreu uma reunião nos Estados Unidos da América, convocada pelo Instituto de Economia Internacional, dos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais sediados neste país, como o Fundo Monetário Internacional – FMI, o Banco Mundial e o Banco Internacional do Desenvolvimento – BID. A intenção dessa reunião era avaliar as reformas

empreendidas nos países latino-americanos e ficou conhecida como Consenso de Washington. Esse “consenso” propunha aos países da América Latina o neoliberalismo, ou seja, a abertura dos mercados, o que promoveria uma liberalização financeira que quebraria todos os limites impostos no pós Guerra Fria à movimentação de capitais para que se recompusesse o fluxo de renda de pagamentos das dívidas externas destes países aos bancos credores. Nessa reunião foi reconhecida a excelência das reformas já iniciadas ou realizadas na região, com exceção do Brasil e Peru (BATISTA, 1994).

É nesse contexto que o Brasil elege por voto direto seu primeiro presidente após a ditadura militar. E percebe-se, ao longo das análises, que este seguiu bem a cartilha do Consenso bem como se subordinou a essa nova ordem mundial.

3.2 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Segundo Seitenfus (1994), o conceito de política externa consiste nas decisões federativas que devem manifestar a expressão da vontade coletiva federada. Apenas o Estado tem o poder de representar o país no exterior, por isso não se pode confundir política externa, que é exclusivamente ligada à ação estatal, com relações externas, que são mais abrangentes e podem envolver vários outros organismos societários sob diferentes aspectos: estatal, privado, econômico, político ou religioso.

Em outros tempos, o que o Estado buscava nas relações com outros países era a segurança, através de alianças militares, autonomia bélica e de ações que mantivessem sua soberania, na atualidade, além da segurança há outro interesse do Estado nas relações exteriores, o desenvolvimento e o progresso da população, o que o faz praticar uma política que maximize as chances de alcance desses objetivos.

As decisões em política externa são tomadas através de um conjunto de fatores que servem como base e modelam as atitudes internacionais de um país.

Os elementos formadores de atitude internacional de um país podem ser divididos em dois grupos: o dos estruturais ou estáticos, que passam a idéia de

estabilidade e permanência e o dos fatores conjunturais ou dinâmicos, que estão sujeitos a constantes alterações.

A integridade do território é o núcleo do interesse nacional, portanto a sua manutenção é a primeira função da política externa do país.

O Brasil, devido à sua localização, não tem contato físico com as grandes potências mundiais e por isso não pode ter com essas nada além de relações comerciais e financeiras, portanto, uma integração só é possível com seus vizinhos.

Seitenfus (1994) considerou alguns temas que deveriam constar na agenda para uma nova política externa brasileira:

- a) a dívida externa;
- b) novas regras de comércio internacional;
- c) promoção de exportações;
- d) cooperação internacional;
- e) a questão nuclear;
- f) a questão amazônica;
- g) desenvolvimento e segurança das fronteiras terrestres;
- h) relações com os Estados Unidos;
- i) Mercosul;
- j) brasileiros no exterior;
- k) estrangeiros clandestinos no país;
- l) adoção de menores por estrangeiros;
- m) atividades internacionais dos Estados;
- n) participação do legislativo;
- o) Fórum Brasileiro de Perspectiva Internacional;
- p) não ingerência e defesa da democracia;
- q) imagem internacional do Brasil;
- r) assento no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas - ONU;
- s) administração da carreira diplomática;
- t) espaços nos organismos internacionais;
- u) adidos em Ciência e Tecnologia;
- v) memória da política externa (Seitenfus, 1994: 141).

Outros autores reconhecem a política externa como um importante instrumento do projeto de desenvolvimento do país:

... políticas externas bem sucedidas, com real influência sobre as negociações internacionais, são aquelas que trazem resultados positivos em termos de políticas públicas domésticas. Da mesma forma, políticas públicas bem sucedidas reforçam a posição negociadora brasileira (OLIVEIRA, ONUKI & VEIGA, 2006: 30).

Veiga (2006:43) analisa a importância da política externa para o país alegando que: "... a legitimidade interna da política externa é gerada pela percepção de que esta política tem implicações positivas para o desenvolvimento econômico."

3.3 A ABERTURA COMERCIAL NO BRASIL

A abertura comercial no Brasil teve início em 1988, porém foi a partir de 1990, com o governo Collor, que se efetivou e alcançou seus maiores avanços. Por isso cabe uma análise mais profunda desse governo, bem como os subseqüentes.

3.3.1 Governo Fernando Collor de Mello

Em 15 de março de 1990 tomou posse do governo federal o Sr. Fernando Collor de Mello, em seu discurso de posse, listou como temas de seu programa governamental a democracia, a cidadania, o combate à inflação, a reforma do Estado, a modernização econômica, preocupações com a ecologia, o desafio da dívida social e, o mais importante para este estudo, a posição do Brasil no mundo contemporâneo (MELLO, 2006).

Collor colocou como primeiro objetivo de seu mandato o combate à inflação, para isso se empenhou numa série de medidas, entre elas a redução dos gastos públicos, como forma de readequar despesa e receita governamental, a reforma estatal no que tange os setores fiscal, patrimonial e administrativo, e as privatizações.

Justamente pelo fato de a inflação, causadora de tanto desequilíbrio, ser crônica no Brasil, todos os programas de estabilização almejavam combatê-la, dentre eles, destacamos: Plano Cruzado (1986); Plano Bresser (1987); Plano Verão (1989) e Plano Collor (1990).

Visto em Capacle (2003), a inflação faz parte da história do Brasil. O choque de preço do café nos séculos XIX e XX, episódio em que safras foram queimadas a fim de garantir seu preço, consiste num forte determinante da aceleração inflacionária, o choque do petróleo em 1973 e 1979, bem como o desequilíbrio externo provocado por *déficits* no Balanço de Pagamentos, contribuíram também com a sua aceleração.

Ainda em seu discurso de posse, Collor anunciou a busca por uma integração crescente e competitiva, através de negociações bilaterais e coletivas e destacou o

importante papel da diplomacia nessa questão. Collor acreditava que através da integração poderia se atingir a modernização da economia e propunha aprofundar a integração latino-americana como forma desses países se juntarem aos protagonistas do cenário mundial.

Com isso geraram-se expectativas de que esse novo governo iria mudar rapidamente o perfil internacional do país (HIRST e PINHEIRO, 1995). Ulhoa (2003) defende que de fato essa nova política comercial externa rompeu com o padrão adotado desde o final dos anos 60.

A política externa ficou por conta dos chanceleres José Francisco Rezek (março/1990 - abril/1992) e Celso Lafer (abril/outubro 1992). No âmbito econômico foi anunciado um conjunto de reformas que envolviam: a abertura comercial, a liberalização dos investimentos, a privatização de empresas estatais e a renegociação da dívida externa (BRASIL, 2006). Neste trabalho iremos dar mais atenção às questões que abrangem a abertura comercial.

Em seu mandato, Collor deu ênfase à diplomacia presidencial, fez várias viagens a diversos países, pois o contato direto com as lideranças dos países industrializados revelou novas prioridades da política externa brasileira (BRASIL, 2006).

Foram então estabelecidas prioridades para que se atingissem três metas, que eram: atualizar a agenda internacional do país de acordo com as novas questões e o novo momento internacional; construir uma agenda positiva com os Estados Unidos da América e desfazer o perfil terceiro-mundista do Brasil (HIRST e PINHEIRO, 1995).

Kehrle e Fonseca (2003) e Nascimento (2004) concordam que o cenário econômico na época era retratado por uma altíssima inflação³, uma estrutura econômica estagnada, financeiramente frágil e tecnologicamente defasada.

O processo de abertura comercial, iniciado em 1988 se efetivou no governo Collor, quando foi eliminada a maioria dos incentivos fiscais à exportação e ampliada

³ A inflação chegou a superar a taxa de 50% ao mês e o primeiro grande desafio desse governo foi o de contê-la e o fez de maneira errônea, confiscando ativos financeiros em poder do povo através do imposto sobre operações financeiras e também confiscou 75% do saldo remanescente, com promessa de devolução em 12 parcelas a partir de setembro de 1991. Todo esse esforço de sanar a liquidez somente aliviou a inflação no curto prazo e ainda colocou o país na maior regressão que se tem notícia (Kehrle e Fonseca, 2003).

a tributação sobre os lucros de exportadores. Segundo Ulhoa (2003), esse processo de abertura comercial contemplou basicamente três fases: a abolição da maioria dos regimes especiais; abolição das barreiras não tarifárias com sua substituição por tarifas e a redução destas.

Essa nova política de liberalização comercial tinha como propósito:

a) através da concorrência com produtos importados, forçar os produtores nacionais a atingirem um nível de produtividade compatível com os seus concorrentes internacionais;

b) equilibrar os preços internos, que eram muito elevados e estavam à mercê dos produtores internos, através da concorrência com os produtos importados e

c) aperfeiçoar a integração produtiva do Brasil com as demais cadeias produtivas do mundo.

Para Gonçalves (1998), as reduções tarifárias passaram a seguir, portanto um cronograma que previa, em 1994, as tarifas máximas entre 0% a 40%, a média em 14 e modal não ultrapassaria 20%. Em julho de 1992 o governo anunciou uma nova estrutura tarifária que levou a uma redução mais acelerada das tarifas, antecipando assim em seis meses o cronograma estabelecido. Ulhoa (2003) acrescenta que nessas tarifas não estavam incluídos os custos de frete, seguro, taxas, entre outros, o que fez com que o preço da mercadoria importada se elevasse além do percentual da alíquota nominal vigente.

De acordo com Kehrlé e Fonseca (2003), através da lei 8.032/90 (isenção de Imposto de Importação) foram revogados os regimes especiais de importação, com exceção do *Drawback* – benefício fiscal concedido às empresas importadoras de insumos utilizados na produção de mercadorias destinadas à exportação – e da Zona Franca de Manaus – criada em 1967 com o objetivo de atrair para a região amazônica indústrias ligadas ao setor eletrônico avançado, essas indústrias se beneficiariam com facilidades na importação de equipamentos e insumos utilizados na fabricação dos produtos e com a isenção de Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI nas exportações. A medida Provisória 56/90 revogou o chamado “Anexo C”, (lista de produtos proibidos de serem importados), criado em 1957. A lista começou com 4000 produtos e em 1988 foi reduzida a 1200. A liberação da importação desses produtos não surtiu grandes resultados no total

importado devido à contenção da demanda doméstica, através de uma política monetária restritiva com a finalidade de conter a inflação.

Segundo os autores, em continuidade às medidas liberalizantes, as alíquotas de importação dos produtos têxteis foram reduzidas, foram extintos os programas anuais de importação das empresas e a exigência de autorização prévia para a importação de determinados produtos, foram diminuídos os prazos para liberação das guias de importação, suspensas as exigências de emissão dos certificados de origem e extintas as exigências de financiamento externo para compra de bens de capital.

Dentro dessa nova política comercial, as únicas barreiras às importações eram: o IPI e as alíquotas do Imposto de Importação, que foram reduzidas para todas as mercadorias e zeradas para produtos sem similar nacional.

Em fevereiro de 1991 foram implementados a Reforma Tarifária Aduaneira e o cronograma de reduções tarifárias do Imposto de Importação, atingindo 13500 itens. Kehrlé e Fonseca (2003) citam que, de acordo com Silber (1997), essa reforma teve como objetivo atribuir ao sistema tarifário a função de principal instrumento de controle das importações.

Em meio a uma recessão econômica sem precedentes, o crescimento de 13,13% das importações em 1990 com relação ao ano anterior foi atribuído às medidas de liberalização comercial. Porém, segundo Andrade (*apud* Kehrlé e Fonseca, 2003), deve-se atentar para o fato de que esse aumento também pode ser em parte, proveniente da demanda especulativa no primeiro trimestre de 1990, quando havia uma acumulação preventiva de estoques pelo medo da instabilidade econômica que vigorava. A necessidade de atualização tecnológica das empresas exportadoras brasileiras para terem capacidade de enfrentar as concorrentes internacionais também explica o aumento das importações de bens de capital, entretanto a composição da pauta das importações não se alterou muito entre 1989 e 1990.

Já no segundo semestre de 1990, as importações tiveram um crescimento de 18,3% em relação ao primeiro semestre. Isso ocorreu através da concessão de benefícios e financiamentos à produção das empresas privadas e também das alterações na política de reserva na área de informática – a lista de bens de

informática que necessitavam de autorização prévia para importação, definida pelo Conselho Nacional de Informática foi reduzida pelo Decreto Lei 99.541 de 21/09/90.

Kehrle e Fonseca (2003) acreditam que o *superávit* na Balança comercial de US\$ 10 bilhões foi garantido pelos esforços do governo em conter a demanda doméstica a fim de controlar a inflação e a busca das empresas produtoras de *tradeables* (bens negociáveis no exterior que possuem mercado externo que determina seus preços mundialmente, geralmente são produtos agrícolas ou insumos metálicos) por mercados externos.

Mesmo com todas essas ações incentivadoras à importação, no ano de 1991, esta cresceu 1,8% com relação ao ano anterior. Em 1992, houve uma queda de 2,3% nas importações (KEHRLE e FONSECA, 2003).

Acrescentam que a contração na demanda interna, a desvalorização cambial (quase 18% com relação ao ano anterior) e a queda de preços dos produtos importados pelo país nos mercados internacionais afetavam a demanda de importações que, mesmo com tantos incentivos encontrava-se em declínio. Passaram a crescer no segundo semestre de 1993, ano em que foi verificado um aumento de 18%, provocado pela política cambial que sobrevalorizou a moeda interna em 12% entre janeiro e outubro. Nesse mesmo período observou-se que os impactos das medidas liberalizantes do câmbio e das tarifas passaram a se refletir fortemente na demanda de importações.

Ulhoa (2003) observa que a economia brasileira entrou numa profunda crise com a política econômica de Collor. O Produto Interno Bruto – PIB permaneceu praticamente estagnado entre 1990-1993 e, entre 1990-1992, a moeda nacional teve uma desvalorização em seu valor real, o que de certo modo compensou as reduções das barreiras às importações. Isso acarretou uma perda de competitividade externa.

Tal questão atrelada a uma série de outras levou a população brasileira a sair às ruas solicitando o *impeachment* do presidente; Collor foi afastado do governo em outubro de 1992.

3.3.2 Governo Itamar Franco

Foi quando Itamar Franco, então Vice-Presidente da República, assumiu a presidência.

Fernando Henrique Cardoso ficou responsável pelas relações exteriores nos primeiros oito meses desse mandato (outubro/1992 – maio/1993), depois desse período tal função foi atribuída ao embaixador Celso Luiz Nunes Amorim (agosto/1993 – dezembro/1994), o que devolveu ao Itamaraty o comando da política internacional.

Segundo Hirst e Pinheiro (1995), o cenário econômico e político era caótico. Itamar Franco iniciou seu mandato sem se preocupar muito com a diplomacia presidencial, portanto não deu muita ênfase à agenda externa, designando para isso atores de reconhecido prestígio de dentro ou de fora da corporação diplomática. Nos primeiros meses de seu mandato percebeu-se a manutenção das políticas iniciadas anteriormente paralelamente com a adoção de um posicionamento de país em desenvolvimento.

Com relação à integração econômica e política - diferentemente do governo anterior, que dava preferência a negociações com os Estados Unidos da América por entender que esta era a maneira mais viável de se inserir internacionalmente (PERRONE, 2006) - o novo governo passou a dar prioridade à associação econômico-comercial sub-regional, dando mais atenção ao Mercosul e às negociações multilaterais, é claro que sem deixar totalmente de lado as negociações com os norte-americanos, mas de certa maneira diminuindo a sua subordinação a estes (HIRST e PINHEIRO 1995).

Segundo Perrone (2006), a integração regional tornou-se o ponto mais importante da política externa do governo Itamar Franco. Com isso se fortaleceu a idéia do Mercosul tornar-se uma União Aduaneira em 1995 (e o Brasil se empenhou muito pra isso) e também a possível criação de uma Área de Livre Comércio da América do Sul, a ALCSA. Esse governo não se prendeu somente ao Mercosul, mas procurou estreitar laços com outros países da América Latina como Venezuela, Colômbia, Uruguai, Bolívia e Chile.

Visto em Hirst e Pinheiro (1995), as transações com a sub-região do Mercosul assumiram grande importância para o Brasil. A participação de países do bloco nas exportações brasileiras, no volume total das vendas externas, foi de 4% para quase 14% entre 1991 e 1994.

3.3.3 Governo Fernando Henrique Cardoso

Fernando Henrique Cardoso assumiu a presidência no dia 1º de janeiro de 1995. Em seu discurso de posse deixou bem clara a intenção de continuidade das políticas adotadas por seu antecessor com relação ao Mercosul (CARDOSO, 1995).

A política internacional do chamado governo FHC ficou por conta do Chanceler Luiz Felipe Lampreia, que a definiu como a busca pela autonomia na integração. O uso da diplomacia foi intenso neste governo por ser considerada como uma maneira de melhor conduzir a política externa e com isso foi possível aprimorar as relações com os países industrializados, aprofundar vínculos com os países da América do Sul, obter um diálogo político mais positivo com os Estados Unidos da América e consolidar o Mercosul. O presidente fez muitas viagens e recebeu muitas autoridades em nosso país (BRASIL, 2006).

Martins (2005) cita que o Brasil no governo FHC se orientou a preservar e ampliar sua margem de ação autônoma no mundo. Apesar desse governo se basear na liberalização e desnacionalização, o Brasil não foi muito a favor da integração com a Área de Livre Comércio das Américas – ALCA da maneira que era proposta pelos Estados Unidos da América porque entendia que isso poderia diminuir sua atuação autônoma no comércio internacional e também enfraqueceria a sua atuação como líder regional. Sendo assim, o governo FHC seguiu a mesma linha de Itamar Franco no que diz respeito à integração com o Mercosul.

Segundo Averbug (1999), em 1995 a política de importações brasileiras passou a se subordinar à estabilização de preços e à proteção dos setores mais fragilizados pela recente abertura comercial. Esses dois interesses andam na contra mão, uma vez que a estabilização dos preços requer uma abertura comercial e o protecionismo luta contra isso.

Quando Ministro da Fazenda no governo de Itamar Franco, na luta contra a inflação, Fernando Henrique Cardoso, juntamente com sua equipe, criou o Plano Real em 1993, em que foi adotada uma política monetária que atrelava a moeda nacional ao Dólar.

Visto em Filgueiras (2000), o Plano Real é complexo, e já passou por várias fases. A primeira delas foi um rápido ajuste fiscal (1993 a 1994), criando o Fundo Social de Emergência. Esta fase foi marcada pelos cortes nos gastos públicos. Na segunda fase, o Plano Real criou a Unidade Real de Valor – URV, que vigorou de março a julho de 1994 e indexava a moeda, resolvendo assim o problema inercial da inflação. Com o fim da URV, foi lançada a nova moeda, o Real, que caracterizou a terceira fase deste plano. Nessa fase foi alcançado certo equilíbrio da inflação através da valorização da moeda nacional. A quarta fase se deve às reformas estruturais que proporcionaram ao Brasil o acesso à globalização. Foi nesse momento que ocorreu a privatização das empresas estatais (que geravam altos custos e baixos lucros ao governo) e a permissão da entrada de produtos externos para concorrerem com os nacionais. A entrada desses produtos fez com que baixasse o preço dos nacionais, que faria com que a inflação permanecesse estagnada. A quinta fase do Plano Real se dá quando, em 1999, o governo desvaloriza a moeda, a fim de conter a saída de capitais, consequência da crise internacional.

Capacle (2003) acrescenta que com a liberalização comercial as importações subiram, devido também à valorização do Real, implicando em saldo negativo na Balança Comercial. Esse *déficit* foi compensado pela entrada de capital estrangeiro e pela reserva de 40 bilhões de dólares do Banco Central, provenientes de exportação de produtos agrícolas em anos anteriores.

Vale destacar que a queda da inflação não se deve somente ao Plano Real, e sim à abertura da economia, com redução das alíquotas de importação, ao câmbio nominal estável e também à sobrevalorização do Real frente ao Dólar.

4 ANÁLISE DO MERCOSUL E DA POLÍTICA EXTERNA NO GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

4.1 ANÁLISE DO MERCOSUL

Almeida (1998) considera o Mercosul como o bloco de maior peso diante do conjunto de países em desenvolvimento e aponta uma tendência de este bloco seguir o exemplo da União Européia, em detrimento do *NAFTA*, por essa ser mais comunitária, enquanto este se mostra mais livre-cambista.

Lista alguns ganhos e vantagens para os países-membros no âmbito do Mercosul:

- a) Maior eficiência na produção, pela especialização crescente dos agentes econômicos segundo suas vantagens comparativas ou competitivas;
 - b) Altos níveis de produção pelo maior aproveitamento das economias de escala permitidas pela ampliação do mercado;
 - c) Uma melhor posição de barganha no plano internacional, em virtude das dimensões ampliadas da nova área, resultando em melhores termos de intercâmbio;
 - d) Mudanças positivas (e obrigatórias) na eficiência econômica dos agentes em virtude de maior concorrência intra-setorial;
 - e) Transformações tanto na qualidade quanto na quantidade dos fatores de produção por força de avanços tecnológicos;
- Se essa integração passar do nível de União Aduaneira para o de Mercado Comum, pode haver mais ganhos e vantagens além dos já citados:
- f) Mobilidade de fatores através das fronteiras entre os países-membros, permitindo uma alocação “ótima” de recursos;
 - g) Coordenação de políticas monetárias e fiscais num sentido teoricamente mais racional, já que subordinadas a uma lógica impessoal e não à pressão de grupos setoriais ou correntes politicamente influentes em escala nacional e;
 - h) Os objetivos do pleno emprego (ou quase), de taxas estáveis de crescimento econômico e de uma melhor distribuição da renda tornam-se metas comuns dos países-membros do processo (ALMEIDA, 1998: 14).

O autor afirma que esses ganhos costumam ser reais na maioria dos casos, uma exceção é o pleno emprego, pois pode se comprometer pela rigidez das normas trabalhistas nos mercados laborais. Em 1998 já era notória a importância do Mercosul aos seus países-membros. Este era o tema de maior importância política nas relações externas desses países, tornou-se o foco de esforços de modernização

e inserção internacional, bem como o centro de interesses nacionais dos países-membros e associados que, diga-se de passagem, se adaptaram bem à nova ordem mundial.

Argumenta que o Mercosul foi criado com a intenção de se tornar um Mercado Comum (essa idéia está clara no primeiro artigo do Tratado de Assunção), mas não se caracterizou como tal desde o início. O Mercosul, apesar do nome, ainda é considerado uma União Aduaneira, *status* atingido em 1995, quando os países-membros adotaram a TEC.

De acordo com o comportamento econômico, comercial e institucional, Sica (2006) segmenta a vigência do Mercosul em três etapas:

A primeira, compreendida entre 1991 e 1998, caracteriza uma evolução positiva dos indicadores devidos aos avanços do Mercosul (o PIB do bloco cresceu por volta de 80%, o comércio intrazona, 383% e o recebimento de Investimento Estrangeiro Direto – IED – 130%). Nesse período os ganhos da integração eram generalizados e, em termos, eqüitativo.

A segunda, ocorrida no período de 1999 a 2002, consiste em uma volatilidade extrema das economias, devido a falências institucionais no processo de integração e as sucessivas crises macroeconômicas dos países membros. Isso provocou uma queda sensível nos níveis de atividade (o PIB do bloco caiu por volta de 39%, o comércio intrazona, 50% e o recebimento de IED 55%).

Desde 2003 considera-se que estamos na terceira fase, após a superação da pior crise regional, os países, de uma maneira geral, voltaram a crescer em altas taxas, outros, infelizmente, ainda estão recuperando o espaço cedido anteriormente (o PIB do bloco cresceu por volta de 45%, o comércio intrazona, 107% e o recebimento de IED 40%). Percebe-se então a possibilidade de novas tentativas de intensificação da integração, dada a afinidade política no momento.

Sica (2006), explica que o grande crescimento do bloco num primeiro momento e a sua incapacidade de sustentar esse desenvolvimento posteriormente está nas dificuldades existentes nesse processo de integração. Dentre elas temos a assimetria entre os países-membros, assim como a maneira diferencial que a integração impactou cada país e as divergências entre Brasil e Argentina.

Para Rios (2006), a divergência entre a posição brasileira e argentina nas negociações externas tem aumentado o pessimismo no meio empresarial brasileiro com relação ao modelo de união aduaneira, isso vem dando força à idéia de que o Mercosul deveria deixar a união aduaneira de lado e configurar uma área de livre comércio, o que liberaria cada sócio a negociar isoladamente. A autora nota uma curiosidade: o motivo de o Brasil defender a união aduaneira para o Mercosul era que uma política comercial comum viria a reforçar o poder de barganha do país nas negociações externas, enquanto que, na realidade, temos visto o oposto se concretizar.

Rios (2006) considera que para muitos, a culpa das dificuldades enfrentadas pelo Brasil em negociações com países desenvolvidos recai sobre o Mercosul. A dificuldade considerada como maior, que mais dificulta o sucesso do país nessas negociações, é a obrigação de negociar em grupo e, em contrapartida, apresentar ofertas comuns. Porém conclui que não se pode atribuir exclusivamente ao Mercosul os insucessos do Brasil em sua agenda comercial, pois os principais impasses nas negociações com os Estados Unidos da América e União Européia têm sua origem na incompatibilidade entre interesses ofensivos e defensivos desses com o Brasil.

Peluffo (2006), procura mostrar as imperfeições e frustrações do Mercosul, principalmente para os pequenos países que dele participam.

O primeiro problema é o da estabilidade das moedas, ou melhor, a falta dela. Diferentemente do *NAFTA* e da União Européia, o Mercosul não tem uma moeda de referência. Segundo o autor, o progresso da união aduaneira está inteiramente ligado aos mecanismos de estabilidade cambial relativa, portanto não se pode avançar no campo comercial, que visa uma união aduaneira, enquanto existirem moedas diferentes cujas taxas de câmbio flutuam no curto prazo.

O segundo problema consiste na predominância dos interesses corporativos nacionais. Com a abertura comercial, as empresas perdem a proteção aduaneira e passam a competir com outras do mercado vizinho. Quando esse acordo de livre comércio não desenvolve mecanismos institucionais para resolver esses conflitos, a política doméstica de cada país passa a adotar medidas de proteção às suas empresas. Nessas condições, um país pequeno é o que mais se prejudica, pois a liberalização comercial tem um custo muito alto para eles e também o acesso a

mercados de outros países é ainda mais difícil. Nesse caso, a integração já não constitui nenhuma vantagem a eles.

O terceiro problema é o subdesenvolvimento institucional, ou seja, a falta de órgãos que interpretem e apliquem as normas criadas. Uma das raízes desse problema é a priorização da autonomia nacional, os países-membros (principalmente os grandes), apesar de ambicionarem um ousado projeto de integração, resistem a qualquer medida que reduza sua autonomia de decisão.

O quarto e último problema apontado por Pelufo (2006), é o da guerra pelos investimentos, em que as províncias ou até mesmo estados (cuja dimensão territorial e econômica muitas vezes é do tamanho ou maior que um país-membro do bloco) entram em “guerra” com os outros países a fim de impedir seus investimentos e, geralmente, os governos cedem aos interesses dos estados ou províncias, o que prejudica o país pequeno.

Conclui que de nada adianta os avanços em direção à tarifa comum e negociação conjunta de acordos de comércio sem ter ao mesmo tempo um acordo monetário intra-Mercosul e o aperfeiçoamento nas instâncias institucionais de solução de controvérsias.

Visto em Sica (2006), a agenda institucional do Mercosul, representada pelo programa 2004-2006, tem dado destaque a temas relevantes, como: dar andamento à eliminação definitiva da multiplicidade da cobrança da TEC e a não aplicabilidade interna de medidas *antidumping* e compensatórias; a implementação de instrumentos de defesa frente a práticas comerciais desleais por parte de terceiros; a eliminação das brechas a TEC; a adoção de uma legislação aduaneira comum e a harmonização dos incentivos ao investimento, à produção e à exportação.

O autor considera que os temas de eliminação da multiplicidade de cobrança da TEC e os relativos à livre circulação de bens (previstos na Decisão CMC nº 54/04) são os de maior importância para o futuro do bloco, pois constituem o caminho para a constituição definitiva da união aduaneira, o que consolida o bloco. E somente com um bloco consolidado é que será possível fazer frente às grandes potências mundiais, bem como às exigências das negociações internacionais.

O Brasil, de uma maneira geral, sempre se simpatizou com o Mercosul e sua política externa, desde o governo Itamar Franco, foi interessada no aprofundamento

e consolidação do bloco. O Mercosul era o meio pelo qual o Brasil adquiriria maior parceria na América Latina, razão da importância de seu aprofundamento e revitalização no governo Luiz Inácio.

4.2 O PROGRAMA DE GOVERNO E O DISCURSO DE POSSE DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Em seu **Programa de Governo** “Um Brasil para Todos”, lançado em 2002, época das eleições presidenciais, Luiz Inácio Lula da Silva, então candidato à presidência do Brasil, na introdução deste Programa, cita que: para que se possa atingir um crescimento econômico, fundamental para a redução das desigualdades existentes no Brasil, é necessário que a dependência externa do país diminua e também haja uma orientação externa que permita a soberania do país no mundo.

Este Programa considerava a Política Externa indispensável para atingir a soberania do país. Ela era tida como um meio fundamental para que o governo implantasse um projeto de desenvolvimento nacional alternativo, que ambicionava a redução da vulnerabilidade brasileira diante da instabilidade dos mercados financeiros globais. Outro objetivo desta política era o de contribuir positivamente na redução das tensões internacionais e, assim, atingir um equilíbrio econômico, social e político mundial que respeitasse as diferenças culturais, étnicas e religiosas.

Diante da nova realidade, prevista neste Programa, de um governo que se compromete com os interesses da maioria da sociedade e promovedor de um projeto de desenvolvimento nacional, que causaria forte impacto mundial, surge a necessidade de o Brasil propor um pacto de integração regional na América do Sul, sem deixar, é claro, de se relacionar com todos os outros países da América Latina.

Em seu Programa de Governo, o Sr. Luiz Inácio reconhece a necessidade de revigorar o Mercosul, transformando-o em uma zona de convergência de políticas estruturais, agrícolas, comerciais, científicas e tecnológicas, educacionais e culturais, pois só assim ele estará apto para enfrentar desafios macroeconômicos, como por exemplo, a política monetária comum, prevista no Tratado de Assunção. Sendo assim, estará em condições ainda melhores para enfrentar os desafios do mundo

globalizado, o que torna ainda mais importante a construção de instituições políticas e jurídicas e também o desenvolvimento de uma política externa comum.

O Sr. Luiz Inácio procurou evidenciar nesse Programa que os interesses nacionais do Brasil e de seus vizinhos poderiam convergir no âmbito regional, e isso seria comprovado através da política externa. Outro ponto importante é que esse governo considera a política de regionalização compatível com o desenvolvimento nacional.

Essa política com relação aos países vizinhos vem como uma forma de “proteger” o Brasil da ALCA que, nos termos propostos pelos Estados Unidos da América, não é favorável ao país. Portanto, a ALCA não seria conduzida sob uma ideologia, e os interesses nacionais seriam levados em conta. Isso não significava que o Brasil não mais se relacionaria com os Estados Unidos da América, pelo contrário, o governo pretendia manter um relacionamento sadio e equilibrado com esses parceiros comerciais.

Outra direção apontada no Programa de Governo de Luiz Inácio é a das relações econômicas, políticas e culturais com todo o mundo.

Esse Programa considerava que uma relação equilibrada com os países do *NAFTA*, União Européia e o bloco asiático promoveria o contorno de constrangimentos internacionais, a redução da vulnerabilidade e também a criação de condições mais favoráveis à inserção ativa do Brasil no mundo. Concomitante a isso, previa uma aproximação com países de importância regional, como África do Sul, Índia, China e Rússia, a fim de construir sólidas relações bilaterais e de articular esforços para a democratização das relações internacionais e os organismos multilaterais (ONU, FMI, Organização Mundial de Comércio – OMC e Banco Mundial).

Para reduzir essa vulnerabilidade externa, Luiz Inácio propôs a substituição competitiva das importações, a viabilização do incremento das exportações e a melhoria na infra-estrutura nacional. Atentou para a verdade de que um país não pode abrir mão dos investimentos estrangeiros. Tem sim que se desenvolver internamente, mas sem dispensar as empresas, a tecnologia e o capital estrangeiro, assim como fizeram a Índia e a China, que comprovadamente, tiveram sucesso. O

aspecto social é tido como o eixo do desenvolvimento nacional nesse Programa de Governo.

Luiz Inácio Lula da Silva venceu as eleições presidenciais em 2002 e tomou posse da Presidência da República em 01 de janeiro de 2003. Nesse governo, o Ministro das Relações Exteriores foi Celso Luiz Nunes Amorim.

Em seu **discurso de posse**, Luiz Inácio definiu a mudança como palavra-chave de seu governo. Para tornar possível a retomada do crescimento sustentado, o presidente colocou como caminhos: a luta contra a inflação; o aumento da exportação acoplado com a agregação de valor dos produtos internos e uma atuação mais enérgica e criativa no cenário internacional. Para que se atingisse esse objetivo, seria necessária uma incrementação no mercado interno através do fortalecimento de pequenas e microempresas e de investimentos em capacitação tecnológica e infra-estrutura.

No que tange à política externa, Luiz Inácio colocou a diplomacia (orientada por uma perspectiva humanista) como um instrumento de desenvolvimento nacional. O relacionamento externo do Brasil, por meio do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas e da busca de investimentos produtivos, ficou incumbido de contribuir com a melhoria de vida do povo brasileiro através da elevação do nível de renda e da geração de emprego.

Considerava as negociações comerciais de vital importância. Afirmou que o Brasil lutaria contra o protecionismo e os subsídios agrícolas dos países desenvolvidos e em prol de regras justas e adequadas às condições de país em desenvolvimento.

Elegeu como a grande prioridade da política externa de seu governo a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, baseada em ideais democráticos e de justiça social. Para tanto se torna essencial a revitalização do Mercosul e o presidente se comprometeu a apoiar os devidos arranjos institucionais necessários para esse fim. Também se propôs a cuidar das dimensões social, cultural e científico-tecnológica do processo de integração, assim como estimular empreendimentos conjuntos e fomentar um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos.

Com relação a outros parceiros comerciais, foi dito que o Brasil procuraria: manter uma parceria madura com os Estados Unidos da América, baseada nos interesses recíprocos e no respeito mútuo; fortalecer o entendimento e cooperação com a União Européia, bem como seus Estados-membros, e outros países desenvolvidos e aprofundar as relações com grandes nações em desenvolvimento, como a China, Índia, Rússia, África do Sul.

Luiz Inácio (2003), quase ao fim de seu discurso de posse, afirmou:

Estamos começando hoje um novo capítulo na História do Brasil, não como nação submissa, abrindo mão de sua soberania, não como nação injusta, assistindo passivamente ao sofrimento dos mais pobres, mas como nação ativa, nobre, afirmando-se corajosamente no mundo como nação de todos, sem distinção de classe, etnia, sexo e crença (SILVA, 2006).

4.3 ANÁLISE DA AÇÃO GOVERNAMENTAL DO GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Almeida (2002) considerou que o Programa de Governo de Luiz Inácio com relação à política externa foi audacioso por qualificá-la como condicionante do desenvolvimento nacional, gerando muitas esperanças sobre ela.

Com isso entendeu-se que o então candidato queria reorganizar o mundo e o nosso continente com suas propostas diplomáticas, o que transpareceu um excesso de otimismo ou o desconhecimento dos limites impostos pela realidade internacional, ainda mais quando se trata de um país de limitados recursos externos, como o Brasil.

Visto em Ribeiro (2006), no ano de 2002, quando aconteciam as campanhas eleitorais para a presidência da república, o Brasil estava sob uma forte vulnerabilidade externa e a perspectiva de vitória de um candidato de esquerda fez com que ocorresse uma grande saída de capitais do país, provocando então uma desvalorização cambial e um risco de descontrole inflacionário.

A discussão no momento era sobre que medidas tomar para eliminar tal vulnerabilidade, o próprio Programa de Governo do então candidato Luiz Inácio também tratava disso. Sem dúvida a melhor saída era promover um acelerado

crescimento das exportações, envolvendo também alguma substituição de importações, para que se permitisse a geração de elevados *superávits* comerciais.

O autor considera a situação atual bem diferente daquele período e, para explicar o que causou essas mudanças, enumera as explicações em três fatores:

a) conjuntura mundial muito favorável, em que se encontra aumento do volume de comércio e dos preços internacionais, principalmente de produtos com grande importância na pauta brasileira;

b) conjuntura doméstica, em que houve uma mudança de preços relativos em favor das exportações. Essa mudança foi originada na desvalorização cambial, iniciada em 1999 e reforçada em 2001 e 2002; e

c) mudanças estruturais na estrutura produtiva doméstica, em que se obteve ganhos de produtividade na indústria e no setor agropecuário. Uma suposta difusão de uma “cultura exportadora” entre as empresas nacionais também foi um fator colaborador.

Para ele não há dúvidas de que o país foi extremamente beneficiado pela conjuntura mundial favorável nos últimos anos e também considera que a política comercial, juntamente com as reformas macroeconômicas pró-exportação, desempenharam um papel marginal. As exportações brasileiras apresentaram um crescimento expressivo num período recente, mas, no entanto, o crescimento do comércio não se deve a concessões comerciais obtidas em acordos regionais e sim a investimento domésticos em produtividade e a condições favoráveis no mercado internacional.

Rios (2006) explica que, na década de 90, foi promovido um movimento de abertura unilateral, objetivando modernizar a estrutura de proteção da indústria brasileira. Passado esse período, a política comercial brasileira voltou a buscar a preservação dessa estrutura de proteção definida anteriormente e manter espaços para o desenvolvimento de políticas domésticas autônomas.

A proliferação de acordos regionais que se deu no início dos anos 90 proporcionou o desvio de comércio, favorecendo os países participantes desses acordos e prejudicando os não participantes. Esse cenário foi considerado um dos elementos que dificultaram um melhor desempenho das exportações brasileiras na década de 90.

Para a autora, são os estímulos externos e não uma determinada concepção de política comercial, o motivo do engajamento do Brasil em negociações regionais.

Fonseca e Marconini (2006) consideram inegável a crescente importância do comércio exterior nas contas nacionais. Segundo eles, a corrente de comércio brasileira segue bem diversificada. Sua divisão é considerada equilibrada entre as diversas regiões do mundo, distribuída em 22% com países do NAFTA, 23% com os países da União Européia, 19% com os países da ALADI (sendo 10% no âmbito do Mercosul), 18% com os países da Ásia e 7% com os países Africanos. Isso também demonstra a progressão das relações com países com os quais o Brasil não mantinha a tradição de se relacionar comercialmente.

O Brasil tem sido superavitário nas relações com a maioria de seus parceiros comerciais, sendo o setor do agronegócio responsável por dois terços desse *superávit*. Apenas a China constitui uma exceção, com a qual temos *déficit* na área industrial.

Os autores concedem, em grande parte, o mérito do crescimento do comércio e das exportações ao processo de abertura, modernização e reestruturação pelo qual passou o setor produtivo nos anos 1990.

O Brasil, aproveitando-se da crescente importância do comércio exterior para o país e também do uso de sua capacidade diplomática em foros de negociações internacionais, tem se projetado no cenário mundial, o que o fez um dos principais protagonistas do regime de comércio vigente na atualidade. Prova disso é a liderança assumida no Grupo de Países em Desenvolvimento – G20, as vitórias nas soluções de controvérsias no âmbito da OMC, em que o país obteve vitória sobre os Estados Unidos no caso do algodão e sobre a União Européia no caso do açúcar. No que tange o aspecto regional, o Brasil tem liderado o Mercosul em negociações complexas, como a ALCA e Mercosul-União Européia. Salientam ainda que o forte protagonismo do Brasil vem através do Mercosul e das inúmeras iniciativas que o bloco engajou com países e regiões de todo o mundo.

Atentam que a atual conjuntura do comércio brasileiro se deve em grande parte às condições mundiais extremamente favoráveis. A realidade é que, sem uma política que considere o comércio exterior como tema estratégico, será muito difícil

fazer com que seja sustentável a atual presença brasileira nos mercados internacionais.

Falta ao Brasil uma agenda de política comercial e inserção internacional que não confunda liderança com permissibilidade, geopolítica com comércio, ideologia com pragmatismo. Falta ao Brasil uma estratégia que resulte do diálogo com os principais interessados, que privilegie a construção de consensos, que evite dogmas e que seja transparente. Falta ao Brasil uma estrutura negociadora profissional e pragmática, composta por integrantes do setor público e privado, e que receba legítimo mandato negociador para cumprir seu papel em nome dos interesses dos produtores e negociadores brasileiros (FONSECA e MARCONINI, 2006: 9).

Mesquita (2006), para definir qual seria a agenda “ótima” para a política comercial brasileira, reconhece a necessidade de avaliar qual é o papel do comércio no crescimento econômico do país. Ele mesmo atesta que o comércio exterior pode ser um instrumento fundamental para promover o crescimento econômico e mantém essa afirmação através das evidências na Ásia e também no próprio Brasil.

Partindo então de seu pressuposto de que o comércio colabora com o crescimento e que, portanto, a política comercial ótima é a que gera mais comércio, o autor destaca três importantes áreas de atuação:

a) reforma da estrutura tarifária: Há uma discrepância entre os setores. Uns são mais protegidos que outros. Um exemplo disso é o caso dos bens de capital, que têm seu custo elevado em 10% pelas tarifas, dificultando assim o investimento. Não há lógica nisso para um país, como é o caso do Brasil, em que uma das principais restrições ao crescimento é justamente a baixa taxa de investimento.

b) acesso ao mercado: O país precisa de uma estratégia mais eficiente e pragmática de acesso a mercados. Se for mantido o rumo atual, os efeitos futuros serão dramáticos, pois a indústria e o país terão uma assimetria de acesso a mercado e isso pode comprometer a capacidade do comércio exterior de alavancar o crescimento interno.

c) infra-estrutura: Cada vez mais os economistas acreditam que os custos não tradicionais de comércio têm uma crescente importância na determinação dos fluxos comerciais. Até agora deu-se muita ênfase na redução dos custos tradicionais de comércio, mas há negligências com relação a outros importantes componentes desses custos, um deles é o transporte, que tem sido ultimamente a maior barreira comercial para com os nossos vizinhos latino americanos.

Almeida (2002) disse ser perceptível o entusiasmo de Luiz Inácio na promoção do revigoramento do Mercosul, porém o mesmo não ocorreu com relação à implantação da moeda comum em curto-prazo e nem de instituições mais avançadas.

Considerou idealista o intuito de integração com países como África do Sul, Índia, China e Rússia e positiva a postura mais equilibrada (que substituiu a antiga desconfiança em relação ao capital estrangeiro) de não prescindir das empresas, capitais e tecnologia dos países estrangeiros, sem deixar, é claro, de buscar o desenvolvimento interno.

O autor também considera a política deste governo uma continuidade da que estava em vigor no governo anterior, porém com algumas inovações.

Pergoraro (2006) e Veiga (2006) concordam que o presidente deu continuidade à agenda internacional de Fernando Henrique, fazendo desses compromissos pontos principais de sua própria agenda. Entre esses itens estão: o avanço no processo de integração, como Mercosul prioritário; a busca de parcerias na América do Sul; o estímulo da estratégia de diversificação de parcerias bilaterais, dando preferência a países emergentes, como China, Índia, Rússia e África do Sul; a negociação com organizações econômicas, tendo preferência pela OMC e a elevação do país à potência internacional, em busca de um espaço no Conselho de Segurança da ONU.

Luiz Inácio não seguiu à risca a política de Fernando Henrique, modificou a forma de realizar seu plano de governo com relação à política externa. Em seu primeiro ano de mandato, direcionou sua política externa à ampliação das relações brasileiras no exterior com o intuito de elevar o país à potência internacional a fim de equiparar as condições do Brasil, considerado um país emergente, às das grandes potências mundiais.

Esse governo considerava as negociações comerciais internacionais vitais e um dos pontos mais importantes na sua agenda internacional foi a luta contra o protecionismo norte-americano e europeu. No âmbito da OMC, “lutou” constantemente pelo fim das barreiras incidentes tanto sobre o nosso país quanto sobre outros que também estavam em situação desprivilegiada.

Para Oliveira, Onuki & Veiga (2006), o chamado governo Lula adotou uma política externa autônoma com relação às grandes potências, sua diplomacia presidencial foi mais assertiva que a de governos anteriores e obteve sucesso na difusão de uma imagem positiva de uma liderança de esquerda.

Houve nesse governo um impulso ao aprofundamento da integração sul-americana, isso, segundo os autores, se deve a uma maior convergência política com outros governos de esquerda da região, como Argentina, Bolívia, Chile e Venezuela⁴.

Para eles é comum ocorrer o equívoco de sobrepor a política externa à política macroeconômica, desconsiderando assim os conflitos estruturais de interesses entre elas. No governo Luiz Inácio, além da ortodoxia macroeconômica, o conflito estrutural entre política nacional-desenvolvimentista e integração regional ou global foram empecilhos para o exercício mais pleno de uma política externa inovadora e propriamente de esquerda.

Foi justamente esse conflito entre políticas nacionais e compromissos internacionais que impactaram de maneira negativa os projetos de integração sul-americanos, que eram, para o governo brasileiro, o meio de exercer a política externa da maneira que se desejava, conforme já citado.

Rios (2006) diz que o país tem tido dificuldades com o mundo dos blocos regionais. O que nos falta é clareza sobre o real papel da inserção em acordos regionais de comércio na política comercial brasileira. O que dificulta a adoção de uma postura mais agressiva do Brasil nas negociações comerciais é justamente a ambigüidade da nossa política comercial.

Considera necessária a definição de prioridades para que então seja possível concentrar esforços e iniciativas capazes de realmente gerar ganhos de acesso a mercados relevantes e, tendo definidas as prioridades, o importante é buscar acordos abrangentes que tragam consigo efetivas oportunidades de comércio.

Segundo Batista (2006), é chegado o momento de se fazer modificações significativas no processo de formulação de políticas de comércio exterior, visando basicamente fortalecer institucionalmente o setor de comércio exterior e agilizar o

⁴ A Venezuela passou a fazer parte do Mercosul como país membro em 04 de julho de 2006.

mecanismo administrativo, buscando entrosar a política de comércio exterior com a política industrial e a de abastecimento interno.

Isso se justifica pela necessidade de: dar respostas rápidas aos desafios lançados pelo mundo globalizado e às demandas logísticas da rápida ampliação das exportações; definir estratégias para as negociações comerciais no âmbito da OMC, as de caráter hemisférico, regional, bi-regional e bilateral; aproximar cada vez mais o governo e o setor privado (pelo fato de o comércio exterior estar fortemente ligado a política industrial e de investimentos) e evitar o distanciamento entre a política externa e os interesses do comércio exterior e do setor privado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os autores, desde a era mercantilista com Hume e os clássicos, como Smith já defendiam o livre comércio entre os países, alegando que com ele seria possível a aquisição de bens com custos menores, devido ao melhor aproveitamento dos fatores de produção. Eles acreditavam que o comércio internacional favoreceria a todas as nações, trazendo ganhos de mercado, aumento da produtividade e da competitividade e também o incentivo ao progresso tecnológico. Smith, com sua Teoria das Vantagens Comparativas Absolutas, foi considerado o pai da economia e o primeiro ideólogo da globalização. Ricardo veio complementar a Teoria de Smith e, com a Teoria das Vantagens Comparativas Relativas, argumentava que o país deveria participar do comércio internacional, buscando sempre o menor custo, mesmo que produzisse tudo o que necessitava.

Entretanto, esses autores não levaram em conta outros fatores que influenciam o comércio, como a tecnologia, a diferença do grau de desenvolvimento das economias e as assimetrias existentes entre os países. Isso explica a ineficiência da aplicabilidade dessas teorias em nossa realidade. O que se vê é a dependência e a exploração no lugar da igualdade e benefício mútuo propostos por tais teorias.

As integrações econômicas são provenientes da globalização. Elas têm o intuito de promover o desenvolvimento do comércio da região, estimular a eficiência através da concorrência, facilitar o acesso a mercados, aproximar os países e elevar o nível de vida das populações dos países integrados através do aumento do poder de compra.

A América Latina sempre desejou uma integração econômica. Várias foram as tentativas até que chegasse ao ambicioso Mercosul, que objetivava a melhoria das condições de vida da população de seus países-membros através da inserção competitiva no mundo, de ganhos de produtividade, da ampliação do fluxo de comércio com o resto do mundo e da promoção da abertura econômica regional.

Em 1989 houve o Consenso de Washington, que ditou aos países da América Latina as reformas necessárias para que esses pudessem se inserir nesse contexto mundial. Propôs o neoliberalismo, fazendo assim com que esses países abrissem

seus mercados. As reformas empreendidas no Brasil foram consideradas insuficientes, o que exigiu uma maior abertura do país. Foi nesse contexto que Collor assumiu a presidência do Brasil.

No tocante a política externa, Collor tinha como principais objetivos redefinir a posição do Brasil nesse mundo contemporâneo e a busca por uma integração crescente e competitiva, para tanto reconheceu a importância da diplomacia presidencial.

Nesse governo foi promovida a liberalização comercial do Brasil, que era necessária para que a indústria nacional se desenvolvesse e para que o país interagisse com o resto do mundo, porém essa abertura comercial se deu de maneira equívoca e extremamente submissa aos Estados Unidos, seguindo o que lhe foi receitado no Consenso de Washington. Não houve antes uma preparação da indústria nacional, o que causou um enorme caos, vários produtores não tiveram condições de competir com os concorrentes externos (que estavam em condições de desenvolvimento muito mais avançadas que as nossas) e então foram “engolidos” por estes e o que se viu foi a “quebra” de várias empresas nacionais.

O Estado já não tinha mais condições de manter suas empresas e privatizou várias delas vendendo-as por preços bem abaixo do seu valor real e quem perdeu com isso foi a população do país que paga cada dia mais caro pelos serviços prestados por essas empresas.

A situação era caótica nesse período, havia alta inflação, a economia estava estagnada, frágil e tecnologicamente defasada. Como resultado da liberalização comercial, tivemos em 1990 um rápido crescimento num primeiro momento, seguido de oscilações posteriores. Com a política econômica de Collor, a economia brasileira entrou em uma profunda crise, o que, juntamente com outros fatores, acarretou o seu *impeachment* em 1992.

Itamar Franco assumiu a presidência e, diferentemente de Collor, passou a dar maior prioridade à integração regional e às negociações multilaterais em detrimento das negociações com os Estados Unidos, sem deixar, obviamente, de manter relações com este país. Por questões políticas e até mesmo para conter o caos que estava instalado na economia brasileira, esse governo se empenhou para

o aprofundamento do Mercosul, que era uma maneira de o país ganhar força frente às grandes potências mundiais.

Fernando Henrique Cardoso deu continuidade às iniciativas de Itamar Franco no âmbito do Mercosul. Sua política externa era orientada para a autonomia na integração e a considerava um importante fator para o desenvolvimento nacional.

Na verdade o que se percebe é uma continuidade entre os governos. Desde Collor, as medidas neoliberais vêm influenciando o país. A abertura comercial ainda predomina, as privatizações ainda acontecem e em pouco melhorou a vida do cidadão brasileiro.

Luiz Inácio, na época das eleições muito criticava o seu antecessor, mas, desde que entrou no governo não tem feito outra coisa a não ser dar continuidade ao que havia sido iniciado por Fernando Henrique. Claro que houve algumas mudanças, como por exemplo a postura mais autônoma tomada pelo Brasil e a diplomacia mais assertiva, que acarretou a difusão de uma imagem positiva de uma liderança de esquerda, porém pouco mudou a política externa em sua essência.

Em seu audacioso Plano de Governo, Luiz Inácio qualificou a política externa como condicionante do desenvolvimento nacional e isso fez com que fossem geradas muitas expectativas sobre ela. Entendia-se então que ele queria reorganizar o mundo, o que evidencia seu excesso de otimismo ou o desconhecimento das limitações impostas pela realidade internacional. Essa era uma época de imprevisibilidade e a situação no país estava, novamente, caótica. Foi possível reverter o caos através de uma conjuntura internacional favorável.

Todos os autores estudados concordam que o Brasil, e conseqüentemente o governo Luiz Inácio, foi extremamente beneficiado pela conjuntura mundial favorável nos últimos anos, que proporcionou o aumento do volume de comércio e dos preços internacionais, tendo, portanto, a política comercial e as reformas macroeconômicas pró-exportação desempenhado um papel marginal. Acrescentam ainda que o mérito do crescimento do comércio e das exportações é, em parte, do processo de abertura, modernização e reestruturação pelo qual passou o setor produtivo nos anos 90.

O Mercosul tem grande importância para o Brasil, foi através dele e de inúmeras iniciativas engajadas pelo bloco com países e regiões de todo o mundo

que o país adquiriu protagonismo no cenário mundial. Porém o tão sonhado mercado comum ainda não passou de uma União aduaneira.

Há imperfeições a serem corrigidas para que se possa chegar ao mercado comum, como a falta da estabilidade das moedas, a predominância dos interesses nacionais e o subdesenvolvimento institucional. A divergência entre a posição brasileira e argentina sempre influenciou de forma negativa o bloco.

O que se percebe é que os países não querem perder sua autonomia e por isso agem sempre em função de seus interesses particulares e não do bloco. Os países pequenos são os que mais sofrem com essa realidade, a ponto de a negociação com o bloco não mais ser conveniente a eles, pois ultimamente tem consistido em perdas. A idéia de que uma política comercial comum viria a fortalecer o Brasil nas negociações externas, proporcionando maior poder de barganha, foi o que levou o país a defender a união aduaneira para o Mercosul, porém, o que se vê na realidade é exatamente o oposto, dada a dificuldade de se negociar em grupo.

A maior promessa de Luiz Inácio com relação à política externa foi a de revigorar o Mercosul. Percebe-se que pouco foi feito, pois o bloco ainda necessita de várias reformas para ser então o que seu nome diz. Há ainda a necessidade da coordenação de políticas macro-econômicas e setoriais entre os países-membros e do desenvolvimento institucional do bloco, ações estas que batem de frente com o problema da autonomia nacional.

A política externa é considerada como um importante fator contribuinte para o desenvolvimento nacional, portanto a melhor política externa é que traz consigo resultados positivos em termos de políticas públicas e domésticas. Isso não tem ocorrido no Brasil, o país tem tido dificuldades com o mundo dos blocos regionais, a adoção de postura mais agressiva nas relações comerciais está prejudicada justamente pelo conflito estrutural entre política nacional-desenvolvimentista e integração regional ou global, que impactou negativamente os projetos brasileiros de integração sul-americana.

Falta-nos clareza sobre o real papel da inserção em acordos regionais de comércio na política comercial brasileira. Para que seja possível obter ganhos de acesso a mercados, é necessária a definição das prioridades e logo após a busca de acordos abrangentes que nos proporcionem efetivas oportunidades de comércio.

A agenda de política externa brasileira deveria conter a reforma da estrutura tarifária, o acesso ao mercado e a melhora da infra-estrutura como temas preferenciais, sem eles de nada adianta esforço algum. Há também a necessidade de se definir uma moeda comum, a exemplo da União Européia, para poder obter progressos na intensificação da integração.

Infelizmente, o que se vê diante de tantas intenções e tão poucas ações é a má distribuição da renda, o aumento das diferenças sociais e uma crescente exploração da população dos países não industrializados pelos países dominadores do poder econômico, realidade essa bem diferente da que foi apresentada nas Teorias, prometida nos discursos e previstas no Tratado de Assunção.

Luiz Inácio assumiu a presidência do Mercosul no dia 21 de julho de 2006 e seu mandato será válido por seis meses. Fica aqui a expectativa de uma postura mais realista e pró-ativa e menos ideológica no relacionamento do Brasil com o Mercosul, e destes com todo o mundo.

6 REFERÊNCIAS DAS FONTES CITADAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **A Política Externa do novo Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Retrospecto histórico e avaliação programática.** Disponível em: <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/976PolExtGovLula.pdf#search=%22%22retrospecto%20hist%C3%B3rico%20e%20avalia%C3%A7%C3%A3o%20program%C3%A1tica%22%20filetype%3Apdf%22>>. Acesso em: 04/10/2006.

_____. **Mercosul: Fundamentos e Perspectivas.** 2ª edição. São Paulo: LTr, 1998.

ARANHA, Oswaldo Souza. **Conheça o Mercosul: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.** São Paulo: Rumo, 1993.

AVERBUG, André. **Abertura e Integração Comercial Brasileira na Década de 90,** 1999. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/livro/eco90_02.pdf>. Acesso em: 30/03/2006.

BARBOSA, Rubens. **Agilização do processo decisório na área de comércio exterior.** In: Revista Brasileira de Comércio Exterior. N° 87, Ano XX – Abril/ Junho de 2006. Rio de Janeiro: FUNCEX (Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior), 2006.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos,** In: *Cadernos Dívida Externa n.º 6*, São Paulo, Pedex, 1994.

BEÇAK, Peggy. **Mercosul: uma experiência de Integração Regional.** São Paulo: Contexto, 2000.

Brasil. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/acs/diplomacia/portg/h_diplom/pe011.htm>. Acesso em: 08/05/2006.

CAPACLE, Vivian Helena. **Abordagens sobre o Plano Real e o impacto de sua Política Cambial no Balanço de Pagamentos.** 2003. Monografia (Graduação em Administração com Habilitação em Gestão de Negócios Internacionais) – Faculdade de Gestão de Negócios, Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba – SP.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso de Pose a Presidência da República proferido em 01 de janeiro de 1995.** Disponível em: <https://www.presidencia.darepublica.gov.br/publi_04/COLECAO/DISCURS.HTM>. Acesso em: 03/06/2006.

DAINEZ, Valdir Iusif. **As Teorias sobre o Comércio Internacional.** In Manual de Comércio Exterior. Cristiano Morini, Regina Célia Faria Simões, Valdir Iusif Dainez (orgs). Campinas: Alínea, 2006.

EICHENGREEN, Barry J. **A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional.** Sergio Blum (tradutor). São Paulo: 34, 2000.

FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos. **História do Plano Real: Fundamentos, impactos e contradições.** São Paulo: Boitempo, 2000.

FONSECA, Roberto Gianetti e MARCONINI, Mário. **Inserção Internacional e o Comércio Exterior Brasileiro**. In: Revista Brasileira de Comércio Exterior. N° 87, Ano XX – Abril/ Junho de 2006. Rio de Janeiro: FUNCEX (Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior), 2006.

GONÇALVES, Reinaldo et al. **A Nova Economia Internacional: Uma Perspectiva Brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

HIRST, Mônica & PINHEIRO, Letícia. **A política externa do Brasil em dois tempos**, 1995. Disponível em: <<http://ftp.unb.br/pub/UNB/ipr/rel/rbpi/1995/1342.pdf>>. Acesso em: 24/04/2006.

KEHRLE, Luiz Rodrigues e FONSECA, Márcia B. da. **A Liberalização Comercial no Brasil e a Demanda de Importações na Primeira Metade dos Anos 90**, 2003. Disponível em: <http://www.uepb.pb.gov.br/revi_qual/artigos/artigos_2003/Economia.pdf>. Acesso em: 09/05/2006.

LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. Andrade de. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2001.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia Internacional e Comércio Exterior**. 4ª Edição. São Paulo: Atlas, 1998.

MARCONI, M. Andrade de e LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, Fernanda Tondolo. **A política externa no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso: a articulação regional e a integração sul-americana (1995-2002)**, 2005. Disponível em: <<http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/Fernanda%20Tondolo%20Martins.pdf>>. Acesso em: 01/06/2006.

MELLO, Fernando Collor de. **Discurso de Posse a Presidência da República proferido em 15 de março de 1990**. Disponível em: <http://www.collor.com/discursos1990_001.asp>. Acesso em: 17/04/2006.

MERCOSUL. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/textos/default.asp?key=1>>. Acesso em: 22/03/2006.

MESQUITA, Mauricio. **Política comercial no Brasil: qual é a agenda?** In: Revista Brasileira de Comércio Exterior. N° 87, Ano XX – Abril/ Junho de 2006. Rio de Janeiro: FUNCEX (Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior), 2006.

MORINI, Cristiano e SIMÕES, Regina Célia Faria. **Integração Internacional e Blocos Econômicos**. In Manual de Comércio Exterior. Cristiano Morini, Regina Célia Faria Simões, Valdir Iusif Dainez (orgs). Campinas: Alínea, 2006.

NASCIMENTO, Rangel Silvano da Silva do. **A Política Econômica Externa do Governo Collor: Liberalização Comercial e Financeira**, 2004. Disponível em: <http://www.unopec.com.br/revistaintellectus/_Arquivos/Jan_Jul_04/PDF/Artigo_Rangel.pdf>. Acesso em: 16/05/2006.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge de, ONUKI, Janina e VEIGA, João Paulo Cândia. **Política externa e negociações internacionais.** In: Revista Brasileira de Comércio Exterior. N° 87, Ano XX – Abril/ Junho de 2006. Rio de Janeiro: FUNCEX (Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior), 2006.

PEGORARO, Joana Cristina. **A Política Externa Brasileira no Primeiro ano do Governo Lula.** Disponível em: <<http://www.ilea.ufrgs.br/nerint/artigos/joana/externaBrasileira.rtf>>. Acesso em: 04/10/2006.

PELUFO, Juan Ignacio García. **O Déficit do Mercosul. Da perspectiva de um cidadão de um país pequeno.** In: Revista Brasileira de Comércio Exterior. N° 87, Ano XX – Abril/ Junho de 2006. Rio de Janeiro: FUNCEX (Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior), 2006.

PERRONE, Samir. **Política Externa do Governo Itamar Franco (1992-1995),** 2006. Disponível em: <http://www.ilea.ufrgs.br/nerint/artigospoliticaexternabrasileira/content338/content338_2/338.html>. Acesso em: 29/05/2006.

POLÍTICA COMERCIAL. Disponível em : <<http://www.iconebrasil.org.br/portugues/conteudo.asp?idCategoria=7&idpalavra=127>>. Acesso em: 04/04/2006.

RIBEIRO, Fernando J. **Desempenho recente do comércio exterior brasileiro: o que mudou nos últimos anos?** In: Revista Brasileira de Comércio Exterior. N° 87, Ano XX – Abril/ Junho de 2006. Rio de Janeiro: FUNCEX (Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior), 2006.

RIOS, Sandra Polônia. **O papel dos acordos comerciais na política comercial brasileira.** In: Revista Brasileira de Comércio Exterior. N° 87, Ano XX – Abril/ Junho de 2006. Rio de Janeiro: FUNCEX (Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior), 2006.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia.** São Paulo: Abril Cultural, 1985.

SEITENFUS, Ricardo. **Para uma nova política externa Brasileira.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1994.

SICA, Dante. **O Mercosul e seus 15 anos.** In: Revista Brasileira de Comércio Exterior. N° 87, Ano XX – Abril/ Junho de 2006. Rio de Janeiro: FUNCEX (Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior), 2006.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Discurso de Posse a Presidência da República proferido em 01 de janeiro de 2003.** Disponível em: <http://www.sfieec.org.br/artigos/temas/discurso_de_posse_do_presidente_Luiz_Inacio_Lula_da_Silva.htm>. Acesso em: 14/08/2006.

_____. **Programa de Governo 2002 – Um Brasil para todos.** 23 de julho de 2002. Disponível em <<http://www.pt.org.br/>>. Acesso em: 14/08/2006.

SINGER, Paul. **Aprender economia.** 16ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Curso de introdução à economia política.** 10ª Edição. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1986.

ULHOA, Wander. **Estratégias Competitivas no Brasil e Abertura Comercial na Década de 90**, 2003. Disponível em: <http://www.cesuc.br/revista/ed-3/estrat_comp_no_brasil_e_abertura_comerc_na_decada_de_90.pdf>. Acesso em: 17/05/2006.

VEIGA, Pedro da Motta. **As negociações comerciais sob Lula: o nacional-desenvolvimentismo repaginado**. In: Revista Brasileira de Comércio Exterior. N° 87, Ano XX – Abril/ Junho de 2006. Rio de Janeiro: FUNCEX (Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior), 2006.